



PENSÕES

**SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES**  
**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXERCÍCIO 2018**

Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o n.º 503 541 222 de Pessoa Colectiva – Capital Social: € 1.000.000

Mod. 41708298 (17/02)

## Índice

Sumário Executivo .....	3
Órgãos Sociais em funções .....	4
Estrutura Acionista .....	5
Enquadramento Macroeconómico .....	5
Principais indicadores da atividade .....	15
Perspetivas para 2019 .....	15
Factos relevantes .....	15
Factos relevantes após o termo do exercício .....	16
Proposta de aplicação de resultados .....	16
Nota Final .....	17

## **Sumário Executivo**

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Em 2018, o mercado de Fundos de Pensões (FP) registou um decréscimo do volume sob gestão de 1,64%, passando de 19.305 milhões de euros em 2017 para 18.988 milhões de euros em 2018. A Santander Pensões tem 2 fundos sob gestão tendo permanecido na 7ª posição no mercado nacional de Fundos de Pensões com uma quota de 5,2%.

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de € 995.359.066, no final de 2017 para €980.619.845, no final de Dezembro de 2018, e as comissões líquidas diminuíram cerca de 18% no mesmo período, no entanto a diminuição de 26% nos custos operacionais permitiu um aumento do resultado líquido.

## Órgãos Sociais em funções

### Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2016/2018

Presidente António Terra da Motta  
Secretário Raquel Garcia

### Conselho de Administração – Mandato 2016/2018

Presidente Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina  
Vogal José Manuel Neves  
Vogal Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva

### Conselho Fiscal – Mandato 2016/2018

Presidente PKF & Associados, SROC, Lda<sup>1</sup>, representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa  
Vogal Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória  
Vogal Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira  
Suplente José de Sousa Santos

### Revisor Oficial de Contas – Mandato 2016/2018

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.<sup>2</sup>  
representada por Isabel Rodrigues

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2017, a designação dos novos membros do Conselho Fiscal foi comunicada à ASF para efeitos de registo prévio. A autorização concedida pela ASF chegou em carta datada de 9 de Março de 2018. O anterior membro suplente do Conselho Fiscal, Dr. Paulo Jorge Macedo Gamboa substituiu a Dra. Célia Custódio até à conclusão do processo de registo.

<sup>2</sup> A PwC manteve a qualidade de revisor oficial de contas da Sociedade. No entanto, a pedido da SROC, a Sociedade procedeu ao registo do seu novo representante (Dra. Isabel Rodrigues) junto da ASF, o que mereceu aprovação segundo o Ofício datado de 21 de Dezembro de 2018.

## Estrutura Acionista

O capital social da sociedade encontra-se representado por 200.000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., sociedade anónima constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de €7.291.170.350,50.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do novo acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos de operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

## Enquadramento Macroeconómico

### Economia Internacional

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do Brexit.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do World Economic Outlook, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% (-0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp).

### Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018
<b>Mundo</b>	<b>3,3</b>	<b>3,8</b>	<b>3,7</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>
EUA	1,5	2,2	2,9
UEM	1,8	2,4	1,8
Reino Unido	1,8	1,8	1,4
Japão	1,0	1,9	0,9
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>
África	1,5	2,9	2,9
Ásia	6,5	6,5	6,5
China	6,7	6,9	6,6
Europa de Leste	3,2	6,0	3,8
Médio Oriente	5,0	2,2	2,4
América Latina	-0,6	1,3	1,2
Brasil	-3,5	1,1	1,3

Fonte: FMI (janeiro de 2019)

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos

absolutos) foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a da Índia, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A China foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os EUA, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo “choque fiscal” adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no “braço de ferro” entre a Administração Trump e o Congresso (desde Janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

A zona euro iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos, acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescido cerca de 1,9%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climatéricas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado “protesto dos coletes amarelos”, em França, e o “diferendo” entre o novo governo italiano, constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e conseqüente alargamento de spreads face à Alemanha. A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o Brexit.

	PIB	Inflação
UEM	1,9	1,7
Alemanha	1,5	1,9
França	1,5	2,1
Espanha	2,5	1,7
Itália	1,0	1,2

Fonte: CE (fevereiro 2019)



Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de “normalização” da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”, posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de Brexit, em novembro foi alcançado um princípio de acordo de saída, entre o Reino Unido e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A “votação significativa” de 15 de janeiro saldou-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado “backstop” da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irlandas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial, deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do Brexit como uma violação dos resultados do referendo.

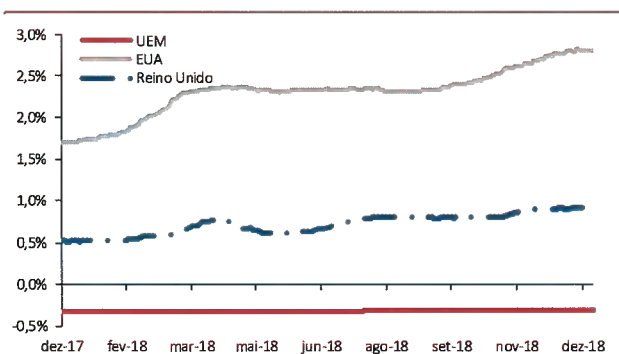
Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

Nas economias emergentes, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais, com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o Brasil cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No México, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

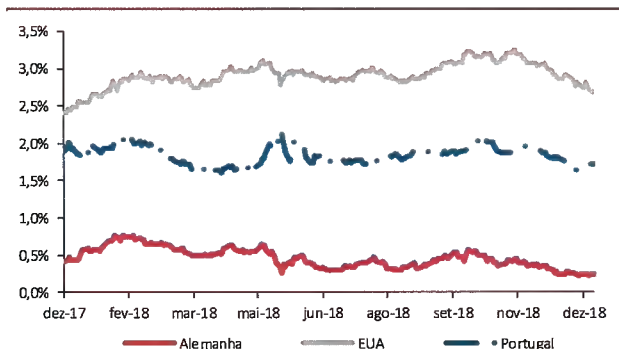
A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das taxas de juro de curto prazo. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,8% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das taxas de juro de curto prazo, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações “até durante o verão de 2019” resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

**Taxas de Juro 3 Meses**


Fonte: Bloomberg

Ao nível das taxas de juro de longo prazo, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

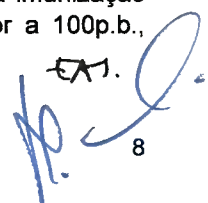
**Taxas de Juro 10 Anos**


Fonte: Bloomberg

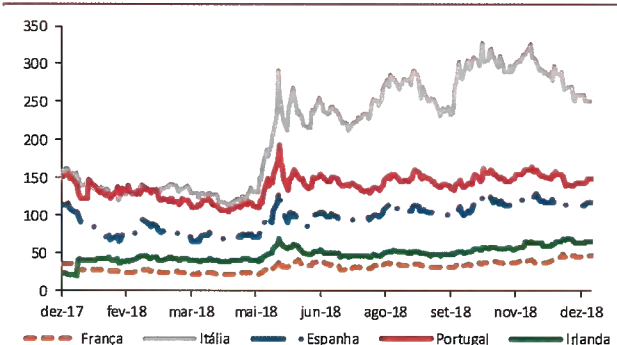
Na Alemanha, a yield dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros. Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de "fuga para a qualidade", em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os spreads face à Alemanha subissem relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o spread 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para *investment grade*, pela agência Moody's, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.



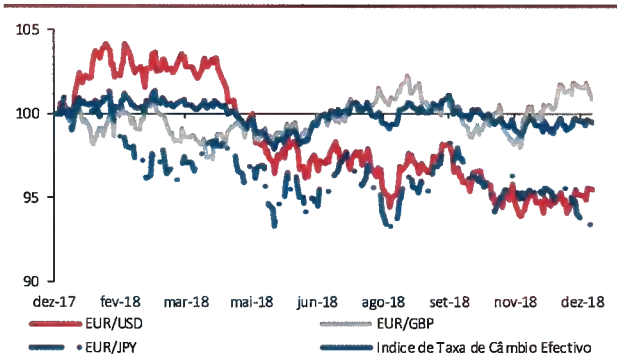


**Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)**


Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do Brexit, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.

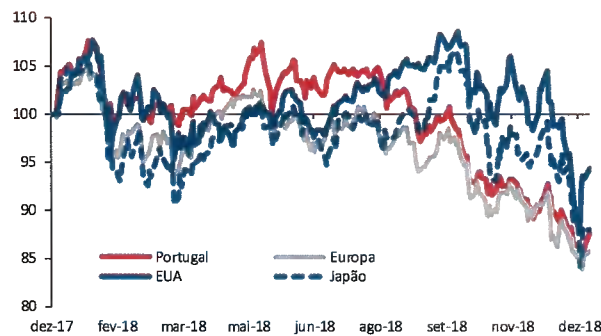
**Principais Taxas de Câmbio (Dez-2017 = 100)**


Fonte: BCE

No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os mercados acionistas.

Nos EUA, os mercados acionistas fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expectativas dos investidores.

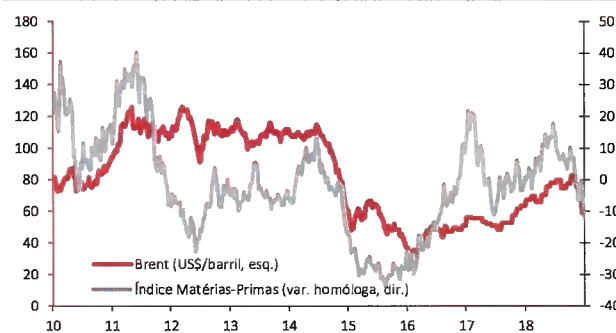


**Mercados Acionistas  
(Dez-17 = 100)**


Fonte: Bloomberg

Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do sector financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expetativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da banca, acrescentando aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

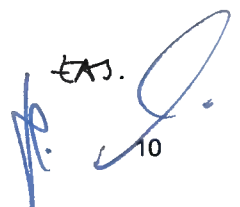
**Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)**


Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expetativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.



**Economia Portuguesa**

O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

**Dados Macroeconómicos**

	2016	2017	2018
<b>PIB</b>	<b>1,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,1</b>
Consumo Privado	2,4	2,3	2,5
Consumo Público	0,8	0,2	0,8
Investimento	1,8	9,2	5,6
Exportações	4,4	7,8	3,7
Importações	4,7	8,1	4,9
Inflação média	0,6	1,4	1,0
Desemprego	11,1	8,9	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,0	-3,0	-0,7
Dívida pública (% do PIB)	129,2	124,8	122,1
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,6	1,4	0,4

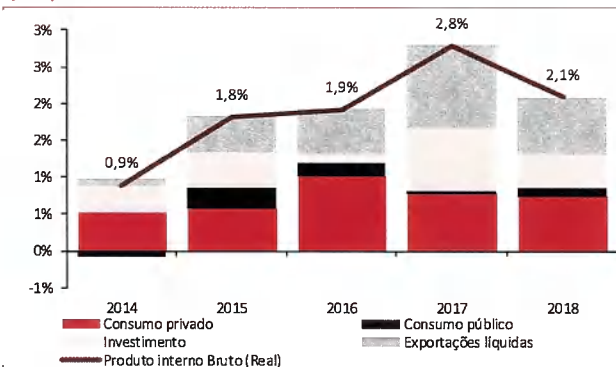
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Em 2018, o PIB cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

O consumo privado permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expetativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

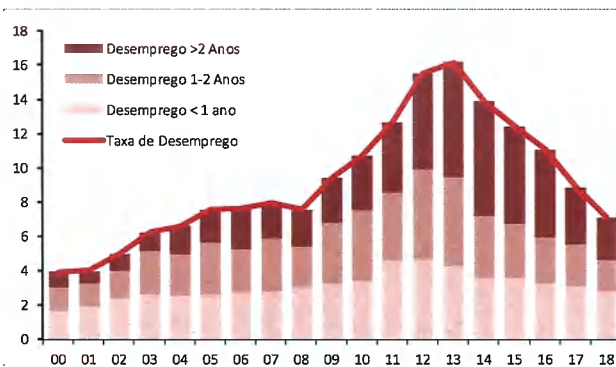
Ao nível do investimento, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (i) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa; e (ii) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.

**Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)**


Fonte: INE

Como mencionado, o mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2002, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

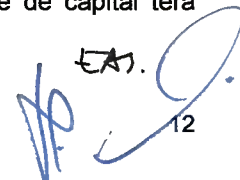
**Taxa de Desemprego (%)**


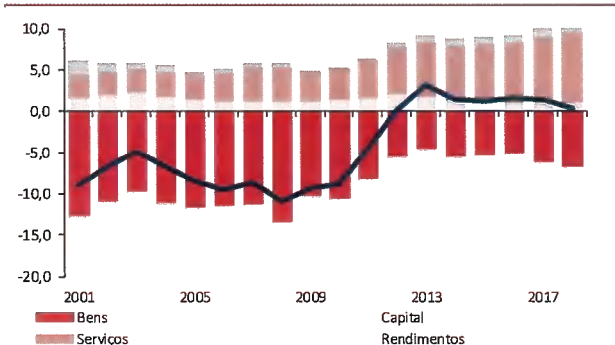
Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

As exportações mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As importações também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as exportações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.



**Balança Corrente e de Capital  
(% PIB)**


Fonte: Banco de Portugal, INE

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

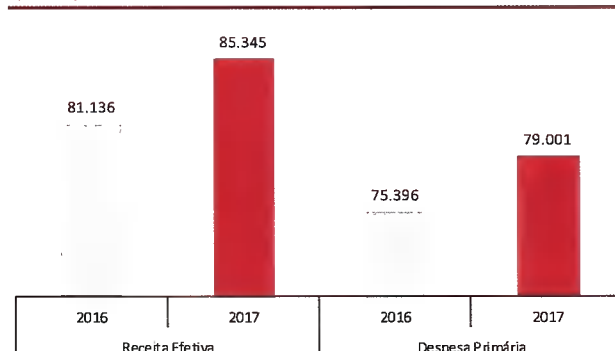
A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a redução do endividamento da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados. No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a dívida pública, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o défice público a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um défice de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

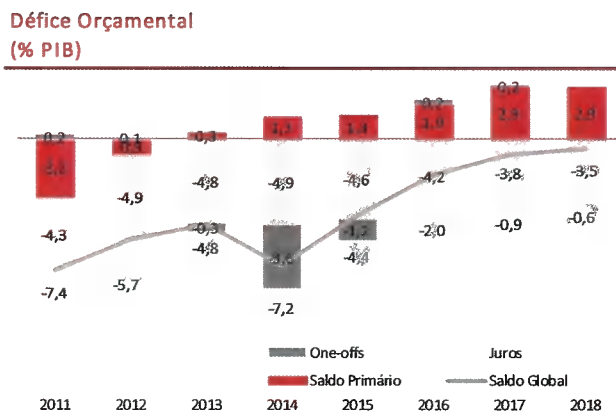
O orçamento de Estado para 2019 prevê um défice orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.

**Receita Efetiva e Despesa Primária  
(€ mn)**


Fonte: Ministério das Finanças

*Handwritten signature and initials*  
13

A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em investment grade pelas principais agências de rating, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto à proposta de orçamento para 2019. A yield dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um spread negativo, de cerca de 100p.b. face à Itália).



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em conduções mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

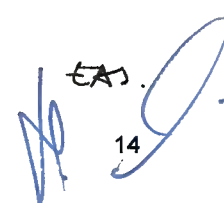
O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de OTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de reestruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o stock de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o stock de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.



### Principais indicadores da atividade

Balanço	2018	2017
Activo	5 839 321	5 730 702
Capital Próprio	4 177 820	4 149 311
<b>Demonstração de Resultados:</b>		
<b>Margem Financeira</b>	<b>1 696</b>	<b>710</b>
Serviços e comissões líquida	358 092	440 797
Outros resultados	-12 930	-30 308
<b>Produto bancário</b>	<b>346 858</b>	<b>411 199</b>
Custos Operacionais	-267 072	-362 396
Amortizações e provisões	0	0
Impostos	-51 277	-45 725
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>28 509</b>	<b>3 078</b>
<b>Volume sob gestão</b>	<b>980 619 845</b>	<b>995 359 066</b>
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	0,68%	0,07%
Rentabilidade do Activo (ROA)	0,49%	0,05%
Cost to income	77,00%	88,13%

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de € 995.359.066, no final de 2017 para €980.619.845, no final de Dezembro de 2018, e as comissões líquidas diminuíram cerca de 18% no mesmo período, no entanto a diminuição de 26% nos custos operacionais permitiu um aumento do resultado líquido.

### Perspetivas para 2019

Para 2019, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, no enfoque na gestão de Fundos de Pensões do Grupo Santander, sendo expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano 2019, em resultado da transferência para a Santander Pensões da gestão dos Fundos de Pensões do ex-Banif e do Fundo de Pensões ex-Popular, e após as devidas aprovações regulatórias.

### Factos relevantes

No decurso do ano de 2013, deu-se uma alteração na estrutura acionista da Santander Pensões em virtude da qual, a totalidade do capital social desta sociedade passou a ser detido pela Santander AM Holding, S.L.

Aquando da referida operação, foi desenhado, e, aliás, apresentado junto dos vários reguladores em Portugal, um conjunto de objetivos e projeções financeiras para os ulteriores exercícios da Santander Pensões.

Assim, está previsto que durante o ano de 2019 possa existir uma alteração da estrutura acionista da Santander Pensões, mantendo-se no entanto dentro do perímetro do Grupo Santander. Estas alterações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação.

### ***Factos relevantes após o termo do exercício***

Em março de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração do acionista única da Sociedade a alienação total da Santander Pensões a favor da Santander Asset Management UK Holding Limited.

Para além deste evento, não é do conhecimento da Administração que tenham ocorrido factos relevantes após 31 de dezembro de 2018 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade. Os restantes factos relevantes identificados após o termo do exercício são detalhados na nota 23 do anexo às demonstrações financeiras.

### ***Proposta de aplicação de resultados***

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 28.509,06 €, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados: 28.509,06 €

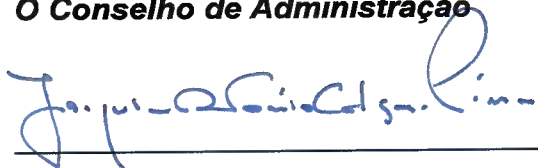


**Nota Final**

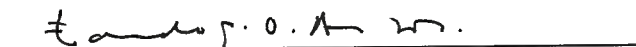
O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados obtidos, nomeadamente:

- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e à APFIPP, pelo apoio prestado ao longo do exercício.
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.
- Aos associados, pelo empenho no acompanhamento da evolução da Sociedade e pela confiança que nela depositaram.
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas, auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.


Lisboa, 26 de março de 2019

**O Conselho de Administração**

Dr. Joaquim António Aires Mateus De Calça E Pina (Presidente)



Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva



Sr. José Manuel Neves

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

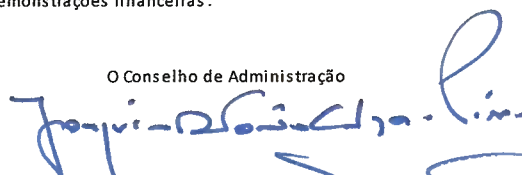
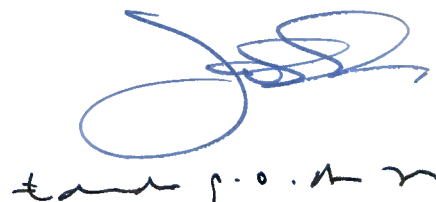
ATIVO	Notas	31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
<b>Total do ativo não corrente</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Estado e outros entes públicos	18	14.178	4.779
Outros créditos a receber	10	433.515	433.770
Outros ativos financeiros	9	3.501.424	3.500.437
Caixa e depósitos bancários	4	1.890.204	1.791.716
<b>Total do ativo corrente</b>		<u>5.839.321</u>	<u>5.730.702</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>5.839.321</u>	<u>5.730.702</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	12	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	12	200.000	200.000
Outras reservas		187.417	187.417
Resultados transitados	12	2.761.894	2.758.816
		4.149.311	4.146.233
Resultado líquido do período		28.509	3.078
<b>Total do capital próprio</b>		<u>4.177.820</u>	<u>4.149.311</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões		9.966	9.966
<b>Total do passivo não corrente</b>		<u>9.966</u>	<u>9.966</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Estado e outros entes públicos	18	51.277	45.725
Diferimentos	11	1.600.257	1.518.759
Fornecedores		0	6.941
<b>Total do passivo corrente</b>		<u>1.651.534</u>	<u>1.571.425</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>1.661.501</u>	<u>1.581.392</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u>5.839.321</u>	<u>5.730.703</u>
<b>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS:</b>			
Fundos de pensões geridos	1 e 20	980.619.845	995.359.066

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

**SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO**

**FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

*(Montantes expressos em Euros)*

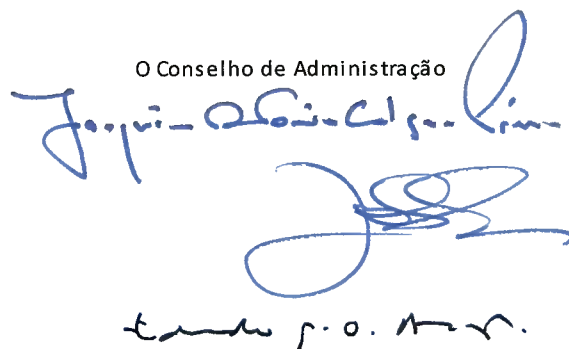
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Vendas e serviços prestados	13	1.758.412	1.700.903
Fornecimentos e serviços externos	14	(1.473.169)	(1.334.754)
Gastos com o pessoal	15	(194.399)	(287.748)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outros rendimentos		175	-
Outros gastos	16	(12.930)	(30.308)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>78.090</b>	<b>48.093</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>78.090</b>	<b>48.093</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	1.696	710
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>79.786</b>	<b>48.803</b>
Imposto sobre o rendimento do período	18	(51.277)	(45.725)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>28.509</b>	<b>3.078</b>
<b>Resultado por ação básico</b>	19	<b>0,14</b>	<b>0,02</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras .

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Luís P. O. M. R.

**SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Montantes expressos em Euros)

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Saldos em 31-12-2016</b>	1.000.000	200.000	187.417	2.758.476	340	4.146.233
Aplicação do resultado de 2016	-	-	-	340	(340)	-
Resultado líquido do período de 2017	-	-	-	-	3.078	3.078
<b>Saldos em 31-12-2017</b>	1.000.000	200.000	187.417	2.758.816	3.078	4.149.311
Aplicação do resultado de 2017	-	-	-	3.078	(3.078)	-
Resultado líquido do período de 2018	-	-	-	-	28.509	28.509
<b>Saldos em 31-12-2018</b>	1.000.000	200.000	187.417	2.761.894	28.509	4.177.820

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Luís J. A. M.

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

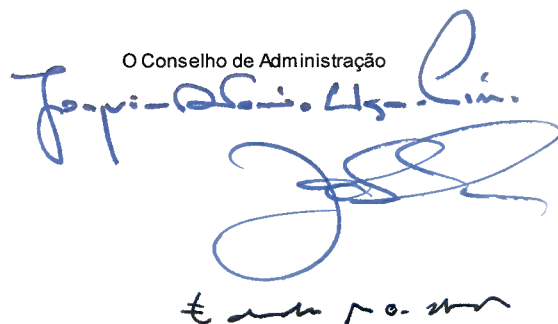
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	1.758.412	1.674.107
Pagamentos a fornecedores	(1.480.109)	(1.248.598)
Pagamentos ao pessoal	257.183	(242.685)
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>535.486</b>	<b>182.824</b>
Pagamento/recebimento do imposto s/ rendimento	(58.054)	(28.424)
Outros recebimentos/pagamentos	135.613	(8.050)
	<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]</b>	<b>613.045</b>	<b>146.350</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Outros depósitos bancários	(3.500.000)	(3.500.000)
Juros e gastos similares	-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Outros depósitos bancários	3.500.000	3.500.000
Juros e rendimentos similares	709	710
	<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]</b>	<b>709</b>	<b>710</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]</b>	<b>613.755</b>	<b>147.060</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 4)</b>	<b>1.791.716</b>	<b>1.644.656</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 4)</b>	<b>1.890.204</b>	<b>1.791.716</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Ativos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A. da Santander AM Holding, S.L.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

	Valor patrimonial	
	31-12-2018	31-12-2017
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	979.891.900	994.607.971
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	727.945	751.095
	<u>980.619.845</u>	<u>995.359.066</u>

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração 26 de março de 2019, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas convocada para o dia 27 de março de 2019. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2018.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos/passivos correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos/passivos não correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos fixos tangíveis encontravam-se totalmente depreciados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

#### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

#### 3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.5. Instrumentos financeiros

A Sociedade optou por aplicar as Normas IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” ao abrigo do parágrafo 2 da NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”. Neste sentido, as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se registadas no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado.



(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

**3.6. Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão dos Fundos sobre o valor médio mensal dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos Fundos de Pensões por si geridos são as seguintes:

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%
Fundo de Pensões BST	0,18%

**3.7. Especialização de exercícios**

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos (Nota 11).

### 3.8. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

### 3.9. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

#### Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Banco Santander Totta, S.A.	<u>1.890.204</u>	<u>1.791.716</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2018 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas e nas estimativas. Não existe nenhum erro a reportar em 31 de dezembro de 2018.

6. PARTES RELACIONADAS

**6.1. Identificação de partes relacionadas**

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A. em Espanha pelo que as partes relacionadas correspondem às empresas do Grupo Santander.

**6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade**

Em 31 de dezembro de 2018, os membros do Conselho de Administração da Sociedade são:

- (i) Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina;
- (ii) Sr. José Manuel Neves;
- (iii) Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 233.687 euros e 225.999 euros, respetivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)**6.3. Saldos e transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31-12-2018					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
<b>Ativo</b>						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.890.204	-	-	-	-	1.890.204
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.501.424	-	-	-	-	3.501.424
Outros créditos a receber (Nota 10)	-	433.140	375	-	-	433.515
	<u>5.391.628</u>	<u>433.140</u>	<u>375</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.825.143</u>
<b>Passivo</b>						
Diferimentos (Nota 11)	-	-	-	1.400.321	-	1.400.321
<b>Rendimentos e gastos</b>						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.756.909	1.503	-	-	1.758.412
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1.400.321)	(26.568)	(1.426.889)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(51.567)	-	-	(142.832)	-	(194.399)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	1.696	-	-	-	-	1.696
	<u>(49.871)</u>	<u>1.756.909</u>	<u>1.503</u>	<u>(1.543.152)</u>	<u>(26.568)</u>	<u>138.821</u>

	31-12-2017					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
<b>Ativo</b>						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.791.716	-	-	-	-	1.791.716
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	-	3.500.437
Outras contas a receber (Nota 10)	-	433.140	382	-	-	433.522
	<u>5.292.153</u>	<u>433.140</u>	<u>382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.725.675</u>
<b>Passivo</b>						
Diferimentos (Nota 11)	-	-	-	1.267.053	-	1.267.053
<b>Rendimentos e gastos</b>						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.699.425	1.478	-	-	1.700.903
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1.260.106)	(31.600)	(1.291.706)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(53.538)	-	-	(208.608)	-	(287.748)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	710	-	-	-	-	710
	<u>(52.828)</u>	<u>1.699.425</u>	<u>1.478</u>	<u>(1.468.714)</u>	<u>(31.600)</u>	<u>147.762</u>

**7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, nem nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2018						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2019	0,02%	1.000.000	191	1.000.191
BST	EUR	28 de junho de 2019	0,1%	1.500.000	775	1.500.775
BST	EUR	19 de julho de 2019	0,1%	1.000.000	458	1.000.458
				<u>3.500.000</u>	<u>1.424</u>	<u>3.501.424</u>

31-12-2017						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2018	0,02%	1.000.000	191	1.000.191
BST	EUR	28 de junho de 2018	0,02%	1.500.000	155	1.500.155
BST	EUR	20 de julho de 2018	0,02%	1.000.000	91	1.000.091
				<u>3.500.000</u>	<u>437</u>	<u>3.500.437</u>

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Comissões de gestão (4º trimestre)		
Fundo de Pensões BST	433.140	433.388
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	375	382
	<u>433.515</u>	<u>433.770</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
<u>Passivo:</u>		
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	1.270.685	1.224.170
Comissão adicional	129.636	35.936
Serviços obtidos e não faturados	56.597	34.069
Prémios a pagar	143.340	224.584
	<u>1.600.257</u>	<u>1.518.759</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração anual a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos no final de cada mês (“Comissão de gestão”), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (“Comissão adicional”).

Em 31 de dezembro de 2018 estavam por pagar a totalidade das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2018, as quais foram liquidadas em janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Prémios a pagar” respeita essencialmente aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho naqueles exercícios.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2018, foi proposto que o resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 3.078 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões BST	1.756.909	1.699.425
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1.503	1.478
	<u>1.758.412</u>	<u>1.700.903</u>



**14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 11)	1.400.321	1.260.106
Contabilidade	26.568	31.600
Auditoria, consultoria e outros serviços	36.039	36.895
Outros trabalhos especializados	4.305	1.205
Outros	5.936	4.948
	<u>1.473.169</u>	<u>1.334.754</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com o Santander Tecnologia y Operaciones, AEIE (um agrupamento de empresas do Grupo Santander) relativamente a serviços de contabilidade.

**Revisor Oficial de Contas**

Os honorários faturados e cobrados durante o exercício de 2018 e 2017 pelo Revisor Oficial de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., à Sociedade, de acordo com o disposto no art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Revisão legal das contas anuais (i)	13.528	8.000
Outros Serviços de garantia de fiabilidade (i)	3.383	
	<u>16.911</u>	<u>8.000</u>

(i) Valores faturados e cobrados sem IVA e sem despesas.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

**2018**

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Remuneração Fixa</u>
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	5.000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	3.000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	5.000
José de Sousa Santos	Suplente	-
		13.000

**2017**

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Remuneração Fixa</u>
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	5.000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	3.000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	5.000
José de Sousa Santos	Suplente	-
		13.000

**15. GASTOS COM O PESSOAL**

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como se segue:

	2018	2017
Remuneração dos órgãos sociais	112.979	123.648
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	7.080	84.960
Encargos com os órgãos sociais	17.614	17.391
Outras gratificações		
	137.673	225.999
Remuneração do pessoal	43.629	44.523
Prémios e incentivos ao pessoal	1.951	4.784
Encargos sobre as remunerações	5.945	6.696
Contribuições para o plano de contribuição definida	2.070	2.099
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	41	42
Outros benefícios	3.088	3.605
	56.726	61.749
	194.399	287.748

A Sociedade recorre a colaboradores cedidos provenientes de outras entidades do Grupo.

Os prémios e incentivos aos órgãos sociais apresentam um saldo inferior a 2017 decorrente do acerto ao acréscimo registado em anos anteriores que se revelou excessivo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)

Nos termos do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal de 29 de dezembro, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2018 e 2017, pelos membros do Conselho de Administração:

	2018	2017
Remuneração fixa:		
Joaquim Calça e Pina	68.112	66.870
José Neves	55.977	56.791
	<u>124.089</u>	<u>123.662</u>
	Pecuniário	Ações
	(euros)	(número)
Remuneração variável:		
<b>Atribuída e paga no ano</b>		
Joaquim Calça e Pina	16.200	3.769
José Neves	12.720	2.960
	<u>28.920</u>	<u>6.729</u>
<b>Atribuída no ano a diferir por 3 anos</b>		
Joaquim Calça e Pina	10.800	2.513
José Neves	8.480	1.973
	<u>19.280</u>	<u>4.486</u>
<b>Atribuída em anos anteriores e paga no ano</b>		
Joaquim Calça e Pina	11.166	1.612
José Neves	12.133	1.818
	<u>23.299</u>	<u>3.431</u>
<b>Atribuída em anos anteriores a diferir</b>		
Joaquim Calça e Pina	5.636	1.547
José Neves	6.134	1.649
	<u>11.769</u>	<u>3.196</u>

16. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros gastos:		
Quotizações	10.000	8.050
Insuficiência de estimativa de imposto	2.930	22.258
Outros	-	-
	<u>12.930</u>	<u>30.308</u>

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros obtidos		
Depósitos a prazo (Notas 6.3)	<u>1.696</u>	<u>710</u>

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2018 e 2017 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Menor do que 1.500.000 euros 0%;
  - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros 3%;
  - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros 5%;
  - Maior do que 35.000.000 euros 9% (2018) / 7% (2017)

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2022, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 26), devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	51.277	-	45.725
Pagamentos por conta	14.178	-	4.779	-
	<u>14.178</u>	<u>51.277</u>	<u>4.779</u>	<u>45.725</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		79.786		48.802
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	16.755	21,00%	10.248
Derrama	1,50%	1.197	1,50%	732
Ajustamentos ao lucro tributável	0,83%	659	10,26%	5.008
Tributações autónomas	40,94%	32.666	60,93%	29.736
Taxa efetiva	64,27%	<u>51.277</u>	93,69%	<u>45.725</u>

## 19. RESULTADOS POR AÇÃO BÁSICO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram determinados conforme se segue:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	28.509	3.078
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	200.000	200.000
<b>Resultados básicos por ação</b>	<u>0,14</u>	<u>0,02</u>

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

## 20. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	Valor patrimonial	
	31-12-2018	31-12-2017
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	979.891.900	994.607.971
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	727.945	751.095
	<u>980.619.845</u>	<u>995.359.066</u>

## 21. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

### Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2018				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.890.204	-	-	-	1.890.204
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.501.424	-	-	-	3.501.424
	<u>5.391.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.391.628</u>
	31-12-2017				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.791.716	-	-	-	1.791.716
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	3.500.437
	<u>5.292.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.292.153</u>

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que esta atividade não lhe é permitida. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4).

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Caixa e depósitos bancários” e “Outros ativos financeiros” ascendiam a 5.391.628 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido) e a 5.292.153 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A..

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2018 e 2017 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração do acionista único da Sociedade a alienação total da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. a favor da Santander Asset Management UK Holding Limited.

Para além do evento mencionado, à data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do balanço e que dessem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras





## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.839.321 euros e um total de capital próprio de 4.177.820 euros, incluindo um resultado líquido de 28.509 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Outras matérias***

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 dos fundos de pensões (“Fundos”), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (“Relatórios”) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do órgão de fiscalização e dos auditores dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por estes emitidos.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;





- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, R.O.C.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da

**Santander Pensões**

**Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.**

1. Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A. (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as políticas contabilísticas, os critérios de reconhecimento e os juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas adotados.
4. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.
5. Obtivemos ainda os relatórios existentes nesta data das Funções de cumprimento, gestão de risco e auditoria interna. Procedemos à leitura das atas do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.



6. Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., da qual obtivemos todos os esclarecimentos necessários à compreensão das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida nesta data, com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.
7. Analisámos os Relatórios Adicionais ao Órgão de Fiscalização preparados pelo Revisor Oficial de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, os quais referem não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade nem foram identificadas deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento das Certificações Legais das Contas dos Fundos, as quais não apresentam quaisquer reservas ou ênfases.
8. Do trabalho desenvolvido gostaríamos de referir o facto das funções consideradas chave no sistema de governação (função *compliance* e de auditoria interna) terem passado a ser desempenhadas pela Dr.ª Sandra Baltazar e pela Dr.ª Amaya Martínez Lacabe, respetivamente.
9. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:
  - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018,
  - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
  - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados obtidos nesse mesmo exercício.

10. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 27 de março de 2019

O Conselho Fiscal



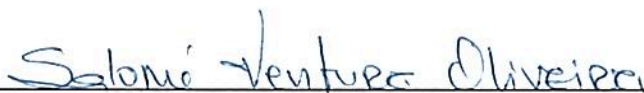
---

Presidente:  
PKF & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Paulo Gamboa



---

Rui Glória  
Vogal



---

Salomé Oliveira  
Vogal